

**A DINÂMICA DA ILUSTRAÇÃO MARIANA EM
PORTUGAL E D. RODRIGO DE SOUSA
COUTINHO (1777-1808)**
**THE DYNAMICS OF MARIAN ILLUSTRATION IN
PORTUGAL AND D. RODRIGO DE SOUSA
COUTINHO (1777-1808)**

ANA BEATRIZ VARGEM PINHEIRO*

Resumo: Este artigo tem como objetivo examinar como a Ilustração se desenvolveu em Portugal durante o reinado de D. Maria I. Dessa forma, levou-se em consideração alguns pontos que foram julgados importantes, como a noção de que Portugal não estava alinhado com os avanços modernos que ocorriam no restante da Europa, em especial, na própria França, e a conjuntura política em que se situava o Reino. Buscou-se também ressaltar a importância dos aspectos cronológicos e espaciais para a determinação do Iluminismo nessa parte da Península Ibérica, e do fenômeno como um todo. Das mudanças ocasionadas pela dinâmica das Luzes em Portugal, um nome se destacava entre os demais, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Estadista renomado, D. Rodrigo pode ser entendido como resultado das experiências promovidas pela Ilustração. Justamente nesse sentido, este artigo analisou três documentos de sua autoria que demonstram bem os reflexos daqueles novos ares.

Palavras-chave: Portugal; Ilustração; D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Abstract: This article aims to examine how the Enlightenment developed in Portugal during the reign of D. Maria I. In face of that, it took into account some points that were considered important, such as the notion that Portugal was not keeping up with the modern advances that occurred in the rest of Europe, in particular, in France, and the political situation in which the Portugal Kingdom was situated. We also sought to highlight the importance of chronological and spatial aspects for the experience of the Enlightenment in this part of the Iberian Peninsula, and of the phenomenon as a whole. Through changes caused by the dynamics of the Enlightenment in Portugal, one name stood out among the others, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Renowned statesman, D. Rodrigo can be understood as a result of the experiences demonstrated by the Enlightenment. Precisely in this sense, this article analyzed three documents of his authorship that clearly demonstrate the reflections of those new airs.

Keywords: Portugal; Illustration; D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Introdução

A tarefa do historiador em analisar como a Ilustração ocorreu na Península Ibérica, mais especificamente em Portugal, nem sempre se mostrou uma das mais fáceis.¹ A partir de 1777,

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: biavargem@hotmail.com

¹ Sobre o conceito de Iluminismo (e suas derivações “Ilustração” e “Luzes”), vale conferir o trabalho de Francisco Falcon, *Iluminismo*, em especial os capítulos 1 e 2. Ainda sobre o conceito de Iluminismo, a erudição de Falcon

com a subida de D. Maria I ao trono português, verificar a difusão das Luzes se tornou um pouco mais complexo. Isso porque a política desse período que se inaugurava consistia em conciliar as bases das reformas pombalinas, frente a um novo panorama de crise que se apresentava nos cenários internos e externos ao Reino.

Por algum tempo, historiografias mais tradicionais compreenderam essa temporalidade enquanto uma “Viradeira”, mas, ainda que se trate de uma interpretação repensada², o que importa ressaltar é que as modificações ou continuidades com relação à política pombalina devem “[...] ser entendidas como faces complementares de um mesmo processo”³, isto é, as reformas ilustradas. As mudanças ocorridas no quadro educacional, levadas a cabo com a reforma da Universidade de Coimbra em 1772, continuaram a seguir um fluxo contínuo, em alguns momentos mais acentuado que em outros, ainda que o próprio Sebastião José de Carvalho e Melo não estivesse liderando o grupo dos reformistas.⁴

Se o afastamento do Marquês de Pombal é uma das razões para que se concebesse uma “virada” no reinado mariano, a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779, se posicionou de forma consistente na contramão de um “retorno ao obscurantismo português”. A Ilustração continuava a proporcionar “[...] essa integração entre o saber e o fazer, tão característica das Luzes”⁵. Nesse sentido, o conhecimento estava dotado de uma acepção pragmática, promovida pela ciência, que era entendida como o meio que levava o restante da Europa ao progresso e à modernidade.⁶

expressa de forma clara e bem estruturada em uma mesma obra. Cf.: FALCON, Francisco J. C. **Iluminismo**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

² Nas páginas 9-11, Fernando Novais, em seu clássico estudo “Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)”, apresentou duas correntes historiográficas que analisaram o reinado de D. Maria I enquanto uma Viradeira, atribuindo conotação positiva ou negativa ao termo, e trabalhou sua perspectiva sobre o período. Cf.: NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

³ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. **Inventando a nação**: Intelectuais e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, 2006, p.103.

⁴ NEVES, Guilherme P. das. **O seminário de Olinda**: Educação, poder e cultura nos tempos modernos. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2 volumes, 1984, p.54.

⁵ NOVAIS, Fernando A. O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.º.7, mar., 1994, p.107.

⁶ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Op. cit.*, p.111.

Tratar da junção entre Ilustração e reformas é também remeter à formação de estadistas⁷ e letrados⁸ que foram resultados dessa composição. Dentre eles, um ganha notório destaque por sua atuação política junto à Coroa portuguesa e por seu discernimento ilustrado, Rodrigo de Sousa Coutinho. Homem de letras, estadista e ilustrado, o posterior Conde de Linhares acabou por representar uma síntese dos novos ares que percorriam Portugal, apontado como aquele que “dotado de uma capacidade de trabalho extraordinária, revelou sobretudo uma aguda percepção da situação frágil em que se encontrava Portugal no final do século XVIII”⁹.

Assim sendo, esse artigo tem como proposta pensar o modo como as Luzes permearam Portugal durante o reinado mariano, levando em consideração a conjuntura política a que estava exposto o Reino. Para além disso, interessa refletir sobre a trajetória desse distinto estadista, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, percebendo-o enquanto produto das experiências, vividas por ele, em seu próprio tempo. Para isso, intenciona-se utilizar três documentos produzidos pelo personagem: uma carta, uma memória e um discurso, que refletem suas leituras e convicções acerca da época.

A ambiência das Luzes no Reino

Pensar a Ilustração ocorrida nessa parte da Europa remete a uma etapa anterior na qual os letrados lusitanos tinham a perspectiva de não terem conseguido acompanhar os avanços científicos do restante da Europa, isto é, a fase dos Descobrimentos¹⁰. Existia uma percepção de “decadência” que organizava a visão de mundo desses homens rendendo-lhes uma noção de que Portugal não seguiu o devido rumo ao progresso que o Renascimento ofertava¹¹. Nesse sentido, pela lógica dos Descobrimentos, as Luzes também podem ser pensadas “[...] quase

⁷ Estadista, pela definição de um dicionário Setecentista, significa “político, versado nas matérias de Estado”. Cf.: BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro**. Tomo primeiro. Lisboa: na oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p.558.

⁸ Letrado, pela definição do mesmo dicionário, significa “o homem que sabe letras, que teve estudo”. Cf.: BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro**. Tomo segundo. Lisboa: na oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p.17.

⁹ NEVES, Guilherme P. das. “D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.513.

¹⁰ POMBO, Nívia. **Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativo no Império Português (1778-1812)**. São Paulo: Hucitec, 2015, p.107.

¹¹ *Idem.*, p.105. Para o conceito de decadência, pensado para o século XVIII, cf.: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

como um condutor da retomada das vitórias portuguesas e como um extirpador das causas do atraso” em Portugal¹².

No entanto, conforme evidenciou Fernando Novais, é preciso atentar ao “caráter de importação” que a Ilustração assumiu nessa parte da Península Ibérica¹³. E, ao contrário do que se concebia anteriormente, a não-Viradeira acabou por continuar a impulsionar as reformas ilustradas iniciadas na segunda metade do século XVIII. O maior indicativo desse impulso científico foi a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1777.

A Academia

procurou relacionar a Universidade com a investigação científica e econômica; organizou um museu e uma biblioteca (incluindo livros estrangeiros); entrou em contato com numerosas instituições congêneres, no Velho e no Novo Mundo. Mas sobretudo estimulou e promoveu a produção intelectual nos vários campos publicando as séries das *memórias*¹⁴.

Era, principalmente, por meio dos chamados “estrangeirados” – isto é, letrados que viajavam para fora do país, estabelecendo contato com outros modos de organização político-social e que depois retornavam à sua pátria, repletos das experiências que presenciaram e nutridos do desejo de renovação¹⁵ – que os conhecimentos que circulavam na Europa tentavam trilhar caminhos em Portugal. Importante também foi o papel da *Encyclopédie* em promover a circulação de ideias para além de Paris¹⁶. Ainda assim, é preciso ficar atento à ordem cronológica dos eventos.

Em 1748 surgiu *O Espírito das Leis* de Montesquieu, mas apenas em 1751 viria a público o primeiro volume da Enciclopédia organizada por Diderot e D’Alembert¹⁷. No início dos anos 1740, Paris tornou-se o *locus* de produção intelectual, mas os nomes que se destacavam ainda eram os de Montesquieu e Voltaire, ao passo que Diderot, D’Alembert e Rousseau apenas sobressairiam após 1750¹⁸. Sobre os três últimos, a historiografia já demonstrou que estes “[...] são de todo desconhecido no início dos anos quarenta. É uma nova geração e é também um ambiente social totalmente diferente”¹⁹.

¹² POMBO, Nívia. *Op. cit.*, p.107.

¹³ NOVAIS, Fernando A. *Op. cit.*, 1994, p.105.

¹⁴ *Ibidem.*, p.107 – grifos do autor.

¹⁵ NOVAIS, Fernando A. *Op. cit.*, 1994, p.105.

¹⁶ VENTURI, Franco. **Utopia e reforma no Iluminismo**. Bauru: EDUSC, 2003, p.225.

¹⁷ NEVES, Guilherme P. das. *Op. cit.*, 1984, p.52.

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ VENTURI, Franco. *Op. cit.*, p.222.

Por essa lógica, o apontamento feito por Franco Venturi é aqui muito pertinente: É preciso “[...] olhar para a Europa das Luzes no seu conjunto, procurando captar seu *ritmo* e fixar seus *limites*”²⁰. Deve-se considerar os períodos e, mais ainda, as conjunturas políticas de cada lugar para poder verificar esses dois pontos colocados por Venturi. No caso de Portugal, as Luzes somente tentavam revelar-se à medida que não se sobrepusessem às práticas e condutas do Absolutismo²¹.

Sendo assim, importa considerar que:

Em todas as partes da Europa no século XVIII, um dos problemas mais difíceis é compreender com propriedade até que ponto essa racionalização [das Luzes] é técnica, ou seja, puramente instrumental, no interior de estruturas mentais que a dominam e limitam – e até que ponto, ao inverso, essa nova mentalidade se mostra capaz de abalar e dissolver a própria moldura que a mantém acorrentada e a retém²².

O modo como Franco Venturi buscou analisar a Ilustração, preocupando-se não somente em analisar o evento em si, mas também a força das ideias ilustradas e o seu grau de assimilação pela Europa, é fundamental para a maneira como esse estudo contempla o advento das Luzes em Portugal²³. Se existia o entendimento, por parte dos letrados, de “[...] um diagnóstico que [...] identificava o atraso cultural do país como um dos principais problemas a ser vencido na viabilização de sua prosperidade econômica e política”²⁴, parte dessa concepção era composta pelo fenômeno do Iluminismo.

É nesse sentido que Fernando Novais identificou na Ilustração Ibérica um “caráter de importação” das novas ideias²⁵. Reconhecia-se a necessidade de importar as novidades que estavam fermentando na Europa, com o intuito de rever o “atraso” lusitano, sem que se rompesse de todo com o tradicional, ou seja, com uma herança cristã e princípios absolutistas,

²⁰ VENTURI, Franco. *Op. cit.*, p.217 – grifo meu.

²¹ Uma boa definição de Absolutismo foi feita por Jacqueline Hermann para o Dicionário do Brasil Colonial. Cf.: HERMANN, Jacqueline. “Absolutismo”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.12-13.

²² VENTURI, Franco. **Europe dès lumières: Recherches sur le 18e siècle**. Paris: École Pratique des Hautes Études [Édition française], 1971, p.14. Tradução e grifo de Guilherme P. das Neves.

²³ Ainda sobre as especificidades da Ilustração pela Europa, chama a atenção o caso inglês. Para mais, cf.: SOARES, Luiz Carlos. **A Albion revisitada no século XVIII**: Novas perspectivas para os estudos sobre a ilustração inglesa. *Tempo*, Rio de Janeiro, dez., nº16, pp.175-206, 2003.

²⁴ SILVA, Ana Rosa Cloet da. *Op. cit.*, p.111.

²⁵ NOVAIS, Fernando A. *Op. cit.*, 1994, p.106.

que formavam os pilares de uma estrutura política inteira²⁶. Muito por isso deveu-se a assimilação de um Absolutismo ilustrado²⁷.

Foi no reinado de D. José I (1750-1777), com as medidas adotadas pelo Marquês de Pombal, que a Ilustração passou a se difundir, mesmo que em compasso comedido, formando a noção das Luzes mitigadas²⁸. Em seguida, com D. Maria I (1777-1816), os ares ilustrados foram ainda mais incentivados, atestando mais uma vez que o reinado mariano “[...] esteve longe de representar uma asfixia do espírito reformista, uma vitória definitiva dos refratários ao cientificismo e à modernização do Reino”²⁹. Desde a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, e das reformas que se seguiram com a política mariana, especialmente no campo educacional, o efeito das Luzes mitigadas podia ser sentido. Ainda em 1746, com a publicação de *Verdadeiro método de estudar*, de Luís Antônio Verney e, posteriormente, em 1760, com *Cartas sobre a educação da mocidade*, de Antônio Nunes Ribeiro Sanches, os sinais da modernidade já apareciam³⁰.

Contudo,

[...] a ascensão de D. José I ao trono coincide com o início da afirmação dos *philosophes* em França, onde em 1751 publica-se o primeiro volume da *Encyclopédie*, apenas três anos após o surgimento de *O espírito das leis*. Seria supor uma extraordinária sintonia com o que havia de mais inovador no pensamento europeu julgar o grande ministro a par e identificado com essas ideias. Sobretudo, seria desconhecer a peculiar trajetória do pensamento português na primeira metade do século XVIII, e o ambiente intelectual em que se desenvolveu, julgar Pombal capaz de absorver e pôr em prática um estilo de raciocínio que, além dos Pirineus, ainda lutava para impor-se aos espíritos³¹.

Portanto, mais uma vez, retoma-se a importância de pensar a temporalidade e o espaço para observar o comportamento das Luzes em diferentes países, como no caso específico de Portugal. Se a França era vista como foco das efervescências filosóficas e científicas que

²⁶ *Idem*.

²⁷ De forma simples, “[...] combinação entre Ilustração e Absolutismo”. Cf.: HERMANN, Jaqueline. *Op. cit.*, p.12.

²⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. **Corcundas e Constitucionais**: A cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003, p.28.

²⁹ VILLALTA, Luiz Carlos; MORAIS, Christianni Cardoso de; MARTINS, João Paulo. *In*: FALCON, Francisco J.C.; RODRIGUES, Claudia (orgs.). **A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p.478.

³⁰ POMBO, Nívia. *Op. cit.*, p.120-121.

³¹ NEVES, Guilherme P. das. Repercussão, no Brasil, das reformas pombalinas da educação: o Seminário de Olinda. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 159 (401), out./dez., p.1707-1728, 1998, p.1714.

surgiam³², seus anos 1740 e 1750 se mostravam ainda em busca de conformidade. Assim, Portugal não poderia estar inteiramente integrado a essas novidades, já que ainda eram novas em seu centro gerador na Europa.

Uma das razões seria, justamente, seu passado mais atrelado a um conservadorismo religioso, que não permitia que o Reino estivesse totalmente a par do que se passava além-Pirineus, atuando como entrave para a Ilustração nessa parte da Península Ibérica. Por mais que tenha ocorrido a expulsão da Companhia de Jesus, a tradição religiosa conservadora não se desvencilharia facilmente, e esse é apenas um dos fatores que contribuiu para o perfil mitigado que as Luzes assumiram no Reino. Ainda assim, é possível perceber um panorama comum a quase toda a Europa do século XVIII.

Uma longa maturação a partir de 1713/15, na qual a tendência de expansão mercantil ainda não se definiu plenamente, na qual uma concepção secular da política se desenvolve e na qual uma visão de mundo, elaborada nos anos de 1637 a 1687, gradativamente, conquista os espíritos (é verdade que de uma elite); a partir de 1740 surgem alguns indícios das novidades que estão por vir, mas é a crítica década de 1750 a 1760 que rompe os laços existentes, possibilitando a rápida assimilação dos novos princípios e atitudes nos dez anos que se seguem; trata-se do momento culminante da longa ascensão dos preços, do momento da redefinição internacional representada pelo fim da guerra dos Sete Anos, do momento da vitória dos enciclopedistas e da ação mais intensa dos monarcas ilustrados; entre 1770 e 1780, o ímpeto não desaparece, mas, período de crise, tornam-se mais rarefeitos os seus resultados, acentuando-se a tendência até a Revolução de 1789³³.

Sobre esse desenrolar visto no Setecentos, que apresentou três períodos bastante diversos entre si, Guilherme P. das Neves apontou que os anos 1750 e 1760 funcionaram como ponto de transição em que a Ilustração tentava se consolidar³⁴. Essa “rápida assimilação”, em Portugal, contou com a ajuda dos espaços de sociabilidade do saber. As academias, cafés, sociedades literárias e salões, dentre outros, ofereciam o ambiente para o encontro de uma elite letrada (e ilustrada) se promover e ocasionar a troca de ideias sobre o que estava sendo produzido na filosofia, na arte e na ciência³⁵. Apesar da informalidade, nesses espaços reunia-se um público leitor que originava debates, leitura de livros e jornais, bem como a formação de

³² SOARES, Luiz Carlos. *Op. cit.*, p.1.

³³ VENTURI, Franco. **Utopia and Reform in the Enlightenment**. Cambridge: University Press, 1971, p. 117-118, apud NEVES, Guilherme P. das. *Op. cit.*, 1984, p.55.

³⁴ NEVES, Guilherme P. das. *Op. cit.*, 1984, p.55.

³⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Op. cit.*, p.32.

opiniões, mas, sobretudo, gerava-se o fomento das novas obras e o impulsionamento da Ilustração³⁶.

Enquanto a França fornecia os modelos dos círculos intelectuais³⁷, Portugal, mesmo com o irradiar brando das Luzes, criou esses ambientes nos quais começava-se a experimentar³⁸ “[...] um discurso propriamente político, porquanto público”³⁹. Para além de cafés e salões, a Academia de Ciências e a Universidade de Coimbra foram os centros de discussões e veiculações das novidades ilustradas⁴⁰. Dessa forma, Lucia Bastos afirmou que a Universidade, após a reforma, foi “[...] local de formação e contato para a juventude intelectualmente promissora, serviu como poderoso instrumento de unificação ideológica, assegurando, apesar de algumas nuances, a unidade da cultura política”⁴¹.

Membro da Academia Real das Ciências de Lisboa e formado pela Universidade de Coimbra, Rodrigo de Sousa Coutinho promoveu a carreira enquanto estadista, atuando a serviço da Coroa. Produto concreto das Luzes, seus escritos são resultado de seu contato com o exterior, suas leituras ilustradas e suas experiências assumindo importantes cargos no Império luso-brasileiro. Por tudo isso, sua trajetória política e seus escritos são analisados na segunda parte deste artigo.

Homem das letras, Estadista e Ilustrado: um perfil para Rodrigo de Sousa Coutinho

Essas três características que constam no subtítulo definem bem a figura central deste artigo. Tendo estudado no Colégio dos Nobres e, posteriormente, frequentado a Universidade de Coimbra⁴², pôde, através da segunda, conhecer as inovações eruditas, como a física de Newton⁴³. Para além de sua instrução, se estrangeirou pela Suíça e pela França, onde teve contato com algumas referências do Iluminismo, a exemplo de D’Alembert⁴⁴. Enquanto homem de Estado do governo mariano-joanino, pelas experiências estrangeiras, D. Rodrigo buscou

³⁶ NEVES, Guilherme P. das. *Op. cit.*, 1984, p.86-87.

³⁷ SOARES, Luiz Carlos. *Op. cit.*, p.1.

³⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Op. cit.*, p.32.

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Op. cit.*, p.33.

⁴² O Colégio Real dos Nobres, fruto das Reformas Pombalinas, foi criado em 1761. D. Rodrigo de Sousa Coutinho frequentou a Universidade de Coimbra já reformada, em 1773. Cf.: NEVES, Guilherme P. das. *Op. cit.*, 2001, p.513.

⁴³ POMBO, Nívia. *Op. cit.*, p. 39.

⁴⁴ NEVES, Guilherme P. das. *Op. cit.*, 2001, p.513.

inspiração para seu caráter político em Frederico II e José II, governantes ilustrados da Prússia e da Áustria, respectivamente⁴⁵.

Pertencente à nobreza agraciada pelos serviços, seu pai, Francisco Inocência de Sousa Coutinho, governou Angola de 1764 a 1772, e sua mãe, ainda que tendo nascido no Rio de Janeiro, era neta de Matias da Silva Barbosa, um emboaba conhecido por “Cabeça de Ferro”. Por linhagem paterna, tinha também conexões com Martim Afonso de Souza, donatário de São Vicente, uma das capitanias hereditárias. Não fossem referências suficientes, D. Rodrigo também era afilhado do Marquês de Pombal⁴⁶. Devido a isso, vivenciou de perto o contato com D. José I, tendo sido levado várias vezes até o palácio para “falar ao príncipe”, segundo expressão da época⁴⁷.

Segundo a biografia escrita pelo Marquês do Funchal:

Dom Rodrigo, pois, escolhido por Pombal para companheiro e quiçá para futuro ministro e esteio da monarquia do futuro Rei de Portugal, havia sido colocado quase desde a infância ao lado do Príncipe Dom José, cuja preparação política em cuidadosa educação tinha sido objeto das mais desveladas preocupações do grande Marquês, e grave injúria faríamos ao seu caráter, se por um instante duvidássemos que não reconheceria em Dom Rodrigo as qualidades herdadas de seu pai e o talento superior para com proveito entrar, embora criança e adolescente, na convivência do Príncipe [...]⁴⁸.

Apesar do tom de engrandecimento que traz a biografia, suas informações minuciosas permitem conhecer melhor a trajetória desse personagem. Mesmo não pertencendo à nobreza das grandes linhagens, foi pela influência das Luzes, em suas instruções, e pelo contato com outras figuras da Ilustração, que D. Rodrigo ocupou cargos proeminentes em função da Coroa portuguesa. Considerando seu tempo de atuação política fora do Reino, em Turim, assumiu função de representante diplomático português em 1778⁴⁹, e após retornar, desempenhou os ofícios de “[...] secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801), presidente do Real Erário (1801-1803) e ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros (1808-12)”⁵⁰.

⁴⁵ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Op. cit.*, p.180.

⁴⁶ POMBO, Nívia. *Op. cit.*, p.36-37.

⁴⁷ *Ibidem.*, p.38.

⁴⁸ FUNCHAL, Marquês do. **Conde de Linhares**. Lisboa: Typographia Bayard, 1908, p.29.

⁴⁹ NEVES, Guilherme Pereira das. *Op. cit.*, 2001, p.513.

⁵⁰ *Idem.*

Do seu tempo em Turim, André Mansuy Diniz Silva considerava-o ainda pouco estudado pela historiografia. Por isso, dedicou parte de sua extensa obra de documentos escritos pelo personagem a essa temporalidade, na qual é possível ver com clareza a associação entre o ilustrado e a Ilustração⁵¹:

A missão diplomática de D. Rodrigo prolongou-se até o verão de 1796. Foi uma longa missão de 17 anos, que coincidiu com o desenrolar da revolução francesa e da contrarrevolução, e ainda da invasão do Piemonte pelo exército francês. Uma missão que lhe permitiu, pela observação atenta dos acontecimentos, e pelo encontro de personalidades eminentes, completar a sua formação intelectual, a sua cultura, e a sua preparação como homem de Estado⁵².

Por meio dessa experiência, que lhe permitiu contato com as novidades para além de Portugal, D. Rodrigo escreveu documentos, formulou ideias e adquiriu uma nova leitura do mundo. Nesse estudo, publicado em 1993, André Mansuy acreditava que Rodrigo de Sousa Coutinho ainda não possuía um lugar de destaque na historiografia, por mais que quase todo estudo sobre essa temporalidade acabasse por mencioná-lo⁵³. Perspectiva próxima teve Lucia Bastos, em 2003: “Durante muito tempo, a historiografia menosprezou o papel de D. Rodrigo, devido aos fracassos de sua política, embora, na sua época, fosse reconhecido como o chefe da corrente ilustrada em Portugal”⁵⁴.

Portanto, ficava nítido que alguns historiadores percebiam uma inadequação com a personagem dentro das produções historiográficas sobre seu período. Contudo, atualmente, boa parte dos estudos que intencionam analisar o Império luso-brasileiro destacam a sua trajetória e formação. A afirmação de Lucia Bastos, feita acima, é muito próxima do que se compreende da figura de Rodrigo de Sousa Coutinho neste artigo. Apesar de não ter sido capaz de solucionar os problemas de dentro e fora do Reino, o que lhe conferiu, por vezes, um caráter desfavorável, as ações de D. Rodrigo, no geral, podem ser consideradas bem articuladas, na medida em que foram capazes de frear a total dissolução da integridade do Império⁵⁵.

⁵¹ Cf.: DINIZ-SILVA, André Mansuy. **D. Rodrigo de Souza Coutinho**: Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811). Tomos I e II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

⁵² DINIZ-SILVA, André Mansuy. *Op. cit.*, Tomo I, p.15.

⁵³ DINIZ-SILVA, André Mansuy. *Op. cit.*, Tomo I, p.11.

⁵⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Op. cit.*, p.31.

⁵⁵ Importa enfatizar que este artigo não tem como efeito engradecer a figura de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, visto que a ideia de que o estadista poderia ser “um homem à frente de seu tempo”, por exemplo, não é cabível aos moldes de uma análise historiográfica. Ao contrário, é justamente pelo entendimento de ter sido um homem de seu próprio tempo que aqui se propõe um estudo da Ilustração mariana e de D. Rodrigo enquanto um reflexo desta. Reforça-se, portanto, que foi devido à sua formação intelectual, suas experiências e contatos para fora de Portugal

O discernimento de que o Brasil se constituía na porção mais importante de todo o Império luso-brasileiro era nítido em D. Rodrigo, compondo boa parte de suas produções escritas, nas quais tratava de economia e política, associadas à fauna, flora e mineração desse lado dos domínios ultramarinos. Ainda que não fosse de todo inusitado, uma vez que Martinho de Melo e Castro, que o antecedeu no ofício de ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos⁵⁶, já havia demonstrado essa percepção da prosperidade econômica da América portuguesa nas suas “instruções” escritas em finais do século XVIII⁵⁷, é significativo perceber a construção de seu raciocínio ilustrado.

Em uma de suas memórias, em que se dispôs a tratar sobre os territórios portugueses na América e as possíveis maneiras de não apenas salvaguardá-los, mas também fazê-los prosperar, ele escreveu:

Os domínios de Sua Majestade na Europa não formam senão a capital e o centro das suas vastas possessões. Portugal reduzido a si só, seria dentro de um breve período uma província de Espanha [...] O Brasil, sem dúvida a primeira possessão de quantas os europeus estabeleceram fora do seu continente, não pelo que é atualmente, mas pelo que pode ser, tirando da sua extensão, situação e fertilidade todos os partidos que a natureza nos ofereça, é limitada ao Norte pelos Franceses, Holandeses e Espanhóis, ao Levante e ao Sul pelos Espanhóis, e banhada pelo mar nas imensas costas que desde o Oiapoque se estendem até quase à embocadura do Rio da Prata [...] Essa luminosa divisão e centralização dos nossos governos na América, não só nos porá no caso de não temermos nada aos nossos vizinhos, mas insensivelmente e por meios progressivos, nos chamará a ocupar o verdadeiro limite natural das nossas possessões no Sul da América [...]⁵⁸.

Apesar da extensão, esse trecho manifestou duas grandes inquietações de D. Rodrigo que quase sempre sobressaíam em seus escritos. Certamente, uma era a integridade do Brasil. O ministro expôs o cenário em que se dava a geografia do território, cercado por outras potências que poderiam, a qualquer momento, desrespeitar algum acordo e invocar seu exército

e os renomados cargos que ocupou dentro da administração do Império Português que permitiram que Sousa Coutinho tivesse uma distinta interpretação política e econômica dos séculos XVIII e XIX.

⁵⁶ NEVES, Guilherme Pereira das. *Op. cit.*, 2001, p.513.

⁵⁷ Em 27 de janeiro de 1779, Martinho de Melo e Castro escrevia a Luiz de Vasconcellos e Souza acerca do Brasil e das formas de conservar e fazer prosperar esse domínio ultramarino, um dos mais importantes da Coroa portuguesa a seu ver. Cf.: CASTRO, Martinho de Melo e. Instrução de Martinho de Melo e Castro a Luiz de Vasconcellos e Souza acerca do Governo do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 6, 1844.

⁵⁸ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América. S/l., s/d – Arquivo Histórico Ultramarino, Papéis Avulsos. In: DINIZ-SILVA, André Mansuy. **D. Rodrigo de Souza Coutinho: Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)**. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p.48-50. Em sua obra, André Mansuy explicou que o documento pode ter sido escrito em 1797 ou 1798. A explicação consta na página 47, nota de rodapé nº 1. Acreditamos que tenha sido escrito em Lisboa, já que houve seu retorno de Turim em 1796. Posteriormente, a autora concluiu que a data era 1797.

para expandir seus limites. Por mais que ele tenha mencionado que não se poderia tirar vantagens para muito além do Rio da Prata, no caso da Espanha⁵⁹, ao longo de toda a memória suas preocupações e elaborações político-econômico deixavam entrever que era melhor prevenir do que remediar.

Andrée Mansuy, no próprio documento, em nota, chamou atenção para o fato de que essa preocupação com as fronteiras e a administração política dos “governos na América” seria uma herança dos raciocínios de D. Luís da Cunha e do Marquês de Pombal⁶⁰. Sem dúvidas, trata-se de um alinhamento com uma política mais centralista e, claro, reformista, pela qual foi instruído D. Rodrigo.

A segunda inquietação do intelectual era em evidenciar que a Europa, apesar de centro do Império, não correspondia à sua parte mais importante. Esse ponto, que iniciou o fragmento acima citado, também foi ressaltado em outros de seus escritos, haja vista a importância que tinha para a concepção de Império em D. Rodrigo. Para além disso, sua percepção política permitiu enxergar a fragilidade do estatuto de neutralidade assumido por Portugal, frente às pressões inglesas e francesas⁶¹.

[...] Portugal, por si mesmo muito defensável, não é a melhor e mais essencial parte da Monarquia; que depois de devastado por uma longa e sanguinolenta guerra, ainda resta ao seu Soberano, e aos seus Povos, o irem criar um poderoso Império no Brasil, donde se volte a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa, e donde se continue sua guerra eterna contra o fero inimigo, que recusa reconhecer a Neutralidade de sua Potência [...]⁶².

Na visão do estadista, Portugal não era a parte mais significativa do Império luso-brasileiro, ainda que fosse sua sede e lugar onde residia a Coroa e os principais componentes da Corte. O estadista percebia o risco que havia em tal afirmação, mas, ao mesmo tempo, acreditava na concreta possibilidade de dar continuidade ao reinado, agora em mãos do Príncipe Regente, no Brasil, longe dos riscos de invasão francesa, por mais que isso significasse, em alguma medida, abandonar Portugal. Dessa perda, que poderiam vir a sofrer os lusitanos, pode-

⁵⁹ *Ibidem*, p.49.

⁶⁰ *Ibidem*, p.50.

⁶¹ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Op. cit.*, p. 177.

⁶² COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Carta dirigida ao príncipe regente dom João, fazendo uma detalhada exposição sobre as condições políticas da Europa em fase das guerras de Napoleão, aludindo à invasão da Península, expondo as condições econômicas e financeiras de Portugal. Quinta de São Pedro, 16 de agosto de 1803. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27628>>. Existe uma versão física desse documento na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção Linhares, que talvez seja idêntica a esta utilizada aqui.

se dizer, em outras palavras, que seria como “[...] acionar a volta do sentimento de orfandade para um povo já assombrado com o mito do sebastianismo”⁶³.

Contudo, havia a crença de que o exército de Napoleão pudesse invadir o Reino com o apoio da Espanha, já que era conhecida “a inteira e total sujeição em que a Corte de Espanha se acha a respeito do Governo Francês”, segundo D. Rodrigo⁶⁴. No entanto, para ele, o que era de todo indispensável seria a manutenção da Coroa e, portanto, da Monarquia. Assim, “se os Domínios de V.A.R se concentrassem só na Europa, ainda então os seus interesses bem entendidos exigiriam que se arriscasse tudo para defender a Coroa de V.A.R e para evitar o golpe de que está ameaçada [...]”⁶⁵.

Dessa forma, era entendida a concepção de que a Coroa poderia reinar e governar seu Império de qualquer parte dele, contanto que estivesse a salvo. Com a possibilidade de uma invasão, a monarquia sofreria um ataque direto, podendo vir a colocar a própria segurança do Príncipe Regente em risco, o que, pela visão de D. Rodrigo, seria um resultado muito mais desastroso do que apenas deixar Portugal para criar o Império em outro território. Isso porque, a todo tempo na memória e na carta, ele enfatizava a capacidade de Portugal de se defender, devendo, portanto, zelar pela parte menos defensável e mais arriscada, a Coroa.

Suas reflexões pensadas em benefício do Império enquanto um todo, certamente, também perpassou o Reino. Estas eram reflexo das Luzes em que se formou D. Rodrigo e, por isso, era notório que suas ideias eram concepções ilustradas, pautadas em princípios formulados pelo seu contato no exterior e pelas trocas com uma elite letrada a par das novidades que surgiam na Europa.

É hoje um princípio indubitável em economia política que a riqueza de uma nação é proporcional à quantidade ou soma do seu ânno trabalho. É ele quem faz produzir a terra e florescer a agricultura, dele depende a indústria e o comércio [...] Esta quantidade do ânno trabalho depende ou da habilidade dos que trabalham ajudados por máquinas que multiplicam a produção do trabalho, por uma hábil divisão dos ofícios que poupa a perda do tempo e por uma abundância do capital que não deixa nenhum braço ocioso ou da proporção que existe entre o número dos que trabalham e dos que vivem ociosamente à custa dos primeiros⁶⁶.

⁶³ POMBO, Nívia. *Op. cit.*, p.77.

⁶⁴ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Carta dirigida ao príncipe regente dom João [...], s/p.

⁶⁵ *Idem*, s/p. V.A.R significa Vossa Alteza Real.

⁶⁶ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a mendicância. Turim, s/d – Arquivo Linhares. In: DINIZ-SILVA, André Mansuy. **D. Rodrigo de Souza Coutinho: Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)**. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p.204. Mais uma vez, em notas, a autora explicou que existiu a possibilidade de o documento ter sido escrito em 1787 ou 1788.

No começo desse discurso sobressai a influência das leituras de Adam Smith, a fim de projetar as formas como uma nação poderia enriquecer e prosperar, no caso de Portugal⁶⁷. Apesar de ter legado muito do convívio com Pombal e as reformas por ele impulsionadas, D. Rodrigo, em boa parte de seus escritos, já não se mostrava mais um adepto do mercantilismo como seu padrinho. Esse discurso, em particular, se mostra significativo das mudanças por que o estadista estava desejoso, como também das suas ambições políticas.

De maneira geral, essa obra intencionava discutir um único ponto, a mendicância. Segundo a interpretação de D. Rodrigo, a mendicância, que se mostrava grande no Reino, possuía três origens: a natureza, que incapacitava o homem de exercer o trabalho; a religião, que encorajava os pedintes, a pobreza e os feriados; e a sociedade, que legitimava hábitos ociosos e luxuosos⁶⁸.

Nesse trecho que inaugurou o discurso, a riqueza se mostrava entrelaçada ao trabalho. Segundo o autor, portanto, seja da abundância dos braços e mentes que exerciam suas funções ou a falta deles é que sairia o determinante para a prosperidade econômica de dado lugar. Nesse sentido, ele indicou quais eram os principais meios para isso: a agricultura, a indústria e o comércio. A agricultura sempre ocupou um grande espaço na economia lusa e, com as Luzes, novas formas de trabalhar a terra e conhecimento da variedade de plantio surgiram, ainda que os membros da Academia das Ciências mantivessem uma perspectiva de que a agricultura estava em decadência⁶⁹.

Dos outros dois, a indústria ainda tentava criar espaço no Reino, mas o comércio continuava em expansão. De todo modo, o que importa ressaltar é que das atividades que se mostrariam rentáveis, sob a ótica de Rodrigo de Souza Coutinho, todas eram ofícios mecânicos. Do ponto em que se seguem suas críticas em relação à sociedade, estas tinham destino certo. Apesar de ser membro da Corte e de exercer altos postos, D. Rodrigo, que não pertencia à nobreza hereditária, escrevia pareceres severos a esta.

Sobre reformulações pensadas para melhor organização da sociedade, ele escreveu:

⁶⁷ A influência de Adam Smith sobre a perspectiva econômica de Rodrigo de Sousa Coutinho pode ser também vista em vários de seus escritos. Por exemplo, em “Reflexões sobre a fiscalidade e finanças de Portugal”, documento que foi organizado e nomeado por André Mansuy, nas notas finais do autor, a número 7 faz menção a Adam Smith. In: DINIZ-SILVA, André Mansuy. *Op. cit.*, Tomo I, p. 238. Caso semelhante foi da “Carta para o Marquês Mordomo-mor sobre recursos e meios de fazenda”, em que o autor diz estar tendo como base algumas obras, dentre elas a de Smith. Cf.: DINIZ-SILVA, André Mansuy. *Op. cit.*, Tomo I, p.96.

⁶⁸ DINIZ-SILVA, André Mansuy. *Op. cit.*, Tomo I, p.205.

⁶⁹ SERRÃO, José Vicente. A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso? In: MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Terras lusas**: a questão agrária em Portugal. Niterói: Eduff, 2007, p.33-34.

Igualmente sábios princípios podem limitar a nobreza ao que ela é atualmente, isto é, a um mero acidente, abolindo os cargos hereditários cujas funções requerem talentos e luzes adquiridos; pelo mesmo motivo o povo industrioso e o comerciante deverão gozar de um estado feliz, independente e honroso, e a mesma nobreza não se degradará quando em benefício próprio e do Estado renunciando à ociosidade se consagrar a qualquer trabalho ou emprego lucrativo com que sustente e illustre o nome que adquiriu pelos gloriosos serviços que os seus maiores fizeram ao Estado⁷⁰.

Na página 208 do documento, o estadista discorreu longamente sobre esse ponto que, para ele, era uma das mais nocivas razões da mendicância em Portugal. Conforme exposto, das três causas que ele propôs, essa era a que se colocava de maneira mais adversativa, uma vez que estava pautada sobre uma lógica de organização da sociedade que formava uma cultura política própria da nobreza titulada. Reflexões precisas como essa, de questionar se a nobreza “passava a ser um mero acidente”, faziam com que esses homens enxergassem a necessidade de replicar e defender a si e aos seus, recorrendo a argumentações como a longevidade das casas aristocráticas e uma predeterminação que os colocava naquela posição de servir à Coroa. Um exemplo claro foi o Marquês de Alorna em sua célebre “Memória sobre o governo”⁷¹.

Suas pontuações, e é isso que torna esse “Discurso” singular dentre tantos outros de seus estudos, eram de tom quase utópico, de modo que o ilustrado entendia que deveria ser modificado, principalmente por envolver questões estruturais do Reino. Para ele, “[...] qualquer classe de mendicantes ociosos deve ser muito onerosa à sociedade, pois que diminui a riqueza nacional, não só enquanto não trabalha, mas enquanto impede aquela acumulação de capital [...]”⁷². Novamente, o tom desse crescente capitalismo que zela pelo aumento do Estado, vindo de visões modernas econômicas, fazia com que o ministro denunciasse a concepção de que todo aquele que não tivesse utilidade à economia deveria ser, de alguma forma, reajustado.

Nos dois pontos que tocam a respeito da religião e da classe da nobreza, as mudanças propostas eram densas; implicariam em remodelar parte do funcionamento dos dias celebrativos religiosos, as posturas de misericórdia que tentava a Igreja, como, do outro lado, repensar os privilégios de homens ilustres e isentar direitos que lhes eram hereditários. Essas propostas de que os cargos hereditários deveriam ser executados por quem tivesse talento para exercê-los,

⁷⁰ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a mendicância, p.208.

⁷¹ ALORNA, Marquês de. “Memória sobre o governo”, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, **Diversos Códices**, códice 807, vol. 05.

⁷² COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Discurso sobre a mendicância, p.205.

que remete a uma ideia de mérito que o século XVIII passava a admitir em seus próprios termos, eram extremamente perigosas.

Defender que a nobreza e os comerciantes pudessem partilhar dos mesmos ofícios e, por consequência, dos mesmos direitos, era alterar um *modus vivendi* que se perpetuava durante séculos e fazia parte da estrutura de um modelo de sociedade, o do Antigo Regime. A nobreza hereditária não estava preocupada em “exercer um trabalho lucrativo”, tampouco em “renunciar ao modo de vida ocioso”, uma vez que as características que formavam e uniam aquele grupo de homens e os diferenciava do restante eram as qualidades herdadas que lhes permitia a manutenção de sua opulência e bonança.

Essa defesa e esse encorajamento do que D. Rodrigo chamou de “classes industriosas”, como a agricultura e o comércio, que continuavam em crescimento em Portugal, também advêm do Iluminismo. Eram as atividades consideradas úteis ao Estado, que geravam maiores rendas à Coroa. E por se tratar de ofícios mecânicos, nem todas as classes da sociedade se dignavam a realizá-los.

Essa era uma crítica que, vez ou outra, aparecia em seus discursos e memórias. Se D. Rodrigo trazia em seus escritos um tom favorável às “classes industriosas”, em contrapartida, posicionava-se contrário à que chamou de “classe de ociosos e vagabundos”⁷³. Suas críticas, ainda que rigorosas, elaboradas com uma argumentação clara e um tom retórico seguro, demonstravam a qualidade como homem de Estado que tinha Rodrigo de Sousa Coutinho e que acabara por distingui-lo dos demais de sua época.

Conclusão

Esse artigo buscou analisar a entrada das Luzes em Portugal percebendo o espaço em que elas estavam por se inserir e à força de suas novidades. Compreender o Iluminismo, enquanto um fenômeno, requer examiná-lo como um conjunto de ideias, que ainda criava seu percurso ao longo do século XVIII, podendo ser visto num todo e em casos específicos. Pontos em comum na Europa puderam ser projetados brevemente, deixando entrever que o mundo das ideias estava sofrendo modificações próximas em todas as partes, mas, ao mesmo tempo, a receptividade dessas novidades era particular a cada experiência. Justamente por isso, viu-se a

⁷³ Os termos empregados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a oposição mencionada aparecem a partir da página 206 do “Discurso”.

necessidade de pensar a influência do espaço e do tempo como modeladores da admissão desses novos princípios.

Em certos momentos, com intensidade maior do que em outros, a Ilustração pôde ser sentida em Portugal a partir de 1750, em boa parte pelas reformas pombalinas, mas atingindo um novo momento após 1777, quando as Luzes já alcançavam uma etapa posterior para além de seus polos de surgimento e, por isso, podiam ser sentidas com maior intensidade também nessa parte da Península Ibérica. Conforme resultado dos novos tempos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi trazido para esse estudo enquanto um reflexo dessas Luzes. Suas leituras e novos contatos sobre economia, política e agricultura permitiram que ele pudesse ter uma visão mais aguçada da realidade, de dentro e de fora do Reino. Seu período em Turim, sua formação, os contatos com outros letrados e intelectuais da época, como também os altos cargos que exerceu em nome da Coroa, tudo isso lhe permitiu uma perspectiva ilustrada.

Chegando ao mundo em 1755 e deixando-o em 1812, pôde ver executadas suas propostas de um Império continuado do outro lado do Atlântico. Destacou-se no corpo de estadistas legando uma vasta documentação, repleta de suas concepções ilustradas e planejamentos político-econômicos. Por todos os seus feitos, recebeu um título de grandeza já em 1808, tornando-se, então, Conde de Linhares.

Referências

BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro**. Tomo primeiro. Lisboa: na oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

_____. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro**. Tomo segundo. Lisboa: na oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. Carta dirigida ao príncipe regente dom João, fazendo uma detalhada exposição sobre as condições políticas da Europa em fase das guerras de Napoleão, aludindo a invasão da Península, expondo as condições econômicas e financeiras de Portugal. Quinta de São Pedro, 16 de agosto de 1803.

_____. Discurso sobre a mendicância. Turim, s/d – Arquivo Linhares. In: DINIZ-SILVA, André Mansuy. **D. Rodrigo de Souza Coutinho: Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)**. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. Rodrigo de Sousa. Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América. S/l., s/d – Arquivo Histórico Ultramarino, Papéis Avulsos. In: DINIZ-SILVA, André Mansuy. **D. Rodrigo de Souza Coutinho: Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)**. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

- FUNCHAL, Marquês do. **Conde de Linhares**. Lisboa: Typographia Bayard, 1908.
- NEVES, Guilherme P. das. D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- _____. **O seminário de Olinda: educação, poder e cultura nos tempos modernos**. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2 volumes, 1984.
- _____. Repercussão, no Brasil, das reformas pombalinas da educação: o Seminário de Olinda. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 159 (401), out./dez., p.1707-1728, 1998.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. **Corcundas e Constitucionais: A cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.
- NOVAIS, Fernando A. O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.º.7, mar., 1994,
- _____. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- POMBO, Nívia. **Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativo no Império Português (1778-1812)**. São Paulo: Hucitec, 2015.
- SERRÃO, José Vicente. A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso? In: MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Terras lusas: a questão agrária em Portugal**. Niterói: Eduff, 2007.
- SILVA, Ana Rosa Cloquet da. **Inventando a nação: Intelectuais e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec, 2006,
- SOARES, Luiz Carlos. A Albion revisitada no século XVIII: novas perspectivas para os estudos sobre a ilustração inglesa. **Tempo**, Rio de Janeiro, dez., n.º16, p.175-206, 2003.
- VENTURI, Franco. **Europe dès lumières: Recherches sur le 18e siècle**. Paris: École Pratique des Hautes Études [Édition française], 1971.
- _____. **Utopia e reforma no Iluminismo**. Tradução: Modesto Florenzano. Bauru: EDUSC, 2003.
- VILLALTA, Luiz Carlos; MORAIS, Christianni Cardoso de; MARTINS, João Paulo. In: **A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro**. FALCON, Francisco J.C.; RODRIGUES, Claudia (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2015.